

## EDUCAÇÃO SEXUAL: INTERDISCURSO E GÊNESE DE DOIS POSICIONAMENTOS DISCURSIVOS

Marcela Franco FOSSEY<sup>1</sup>

**RESUMO:** Neste artigo, apresentamos algumas considerações teóricas a respeito de nossa pesquisa de doutorado, cuja proposta é analisar aspectos discursivos da educação sexual no Brasil e no mundo nos últimos 20 anos. Para tanto, voltaremos nossa atenção para dois posicionamentos específicos – que chamamos de *laico* e de *cristão* – que, segundo nossa hipótese, estão em disputa pela legitimidade enunciativa de um mesmo espaço discursivo, estabelecendo, desta forma, um modo de funcionamento essencialmente polêmico (Maingueneau, 1984).

**Palavras-chave:** Discurso; Polêmica; Religião; Políticas Públicas.

**ABSTRACT:** In this paper, some theoretical considerations are made about our PHD research, which proposes to analyze discursive aspects of sexual education in the last 20 years. For this investigation, two positions are specially considered – one related to the Government and other related to the Catholic Church. According to our hypothesis, these positions are in dispute for the same discursive space. Consequently, it is established, between them, a *modus operandi* essentially polemical (Maingueneau, 1984).

**Keywords:** Discourse; Polemics; Sexual education; Religion; Health policy.

### 1. Educação sexual: dever do Estado ou um direito inalienável dos pais?

Nos últimos vinte anos, temos observado que as políticas de educação sexual têm sido cada vez mais incentivadas pelo Estado brasileiro, que, seguindo um movimento mundial, adere à idéia de que educar os cidadãos é um caminho eficaz para uma sociedade menos preconceituosa e mais saudável.

Alguns fatores relacionados às práticas sexuais dos indivíduos parecem ser os desencadeadores desta postura dos governos de muitos países:

- ✓ A disseminação da idéia de controle de natalidade como uma forma de melhorar a qualidade de vida das populações do mundo, especialmente aquelas situadas em regiões menos desenvolvidas economicamente;
- ✓ O início precoce da vida sexual e o aumento do número de adolescentes grávidas. Segundo o Ministério da Saúde, gravidez, parto e puerpério perfazem 80,3% do total de internações de jovens no Sistema Único de Saúde. Embora os

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Lingüística no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Bolsista FAPESP, processo 2008/53363-5. E-mail: marcela.ff@gmail.com.

números retratem uma realidade brasileira, a situação mostra-se também preocupante em outros lugares do mundo: segundo o Ministério da Saúde e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, aproximadamente 14 milhões de adolescentes dão a luz no mundo<sup>2</sup>;

- ✓ A explosão, na década de 80 do século passado, de casos de AIDS entre pessoas que não faziam parte daquele grupo que era reconhecido, até então, como “grupo de risco” (homossexuais, prostitutas, usuários de drogas injetáveis).

Diante deste conjunto de fatores, muitas organizações governamentais e não-governamentais – encabeçadas especialmente pela *Organização das Nações Unidas* (ONU) – passaram a produzir uma grande quantidade de documentos cuja meta era – e ainda é – orientar os governos a respeito de como interferir positivamente neste cenário.

Nesses documentos, propõe-se a ampla disseminação de conceitos como o de sexo seguro, reprodução controlada, controle de natalidade, métodos anticoncepcionais. O objetivo é, segundo essas organizações, possibilitar que parcelas cada vez mais amplas da população mundial tenham acesso a esse tipo de informação para que possam exercer sua sexualidade de *modo seguro tanto para si quanto para a sociedade em que vivem*. Desta forma, a educação sexual – seja na forma de campanhas públicas veiculadas para o grande público, seja nas escolas de ensino fundamental e médio – tem sido amplamente incentivada e introduzida em grande parte dos países, particularmente nos ocidentais.

Paralelamente, a Igreja Católica começou a fazer circular documentos que também tratam da sexualidade humana, porém de outra perspectiva. Dentro da doutrina católica, o sexo está primordialmente associado à procriação – ou a geração de uma nova vida – o que está, por sua vez, associada ao conceito de família composta por um homem e uma mulher unidos pelos laços do matrimônio. Nessas condições, e apenas nessas, o sexo pode ser praticado. Assim, idéias como as de *sexo seguro* ou de *contracepção* são duramente criticadas pela Igreja, que propõe outras condutas para que as pessoas *vivam sua sexualidade de maneira adequada*.

Em geral, os textos católicos concentram-se em disseminar os valores cristãos, reiterando a importância do matrimônio, da castidade, da abstinência sexual, da fidelidade e do respeito à vida em todas as suas formas. Além disso, buscam também alertar os fiéis sobre quão complicada pode ser a inserção, nas escolas fundamentais e médias, de um projeto

---

<sup>2</sup> Dados extraídos de “Mães antes do tempo”, in: O olhar adolescente, pp. 84-91, fev/2008.

pedagógico que inclua a educação sexual, pois, segundo a Igreja, a educação sexual dos filhos é um direito inalienável dos pais.

Foi possivelmente em reação a esse novo panorama social – fortemente pautado pela idéia de *políticas sexuais* – que muitos textos focados em aspectos da sexualidade humana passaram a ser produzidos pelo Vaticano a partir da década de 90 do século passado. Dentro da Igreja, o órgão oficial responsável pela produção e divulgação de materiais dedicados a orientar os católicos a respeito de sua conduta sexual e da educação sexual de seus filhos é o *Pontifício Conselho para a Família*<sup>3</sup>. Outras questões relacionadas à sexualidade – como aborto, contracepção, sexo seguro – são também temas de textos produzidos pela *Academia Pontifícia pela Vida*.

Assim, o que cada um desses posicionamentos – que chamaremos de *laico* e de *cristão* – entende por “sexo seguro” difere radicalmente. Outras noções fortemente relacionadas à sexualidade humana também se tornam distintas na medida em que muda o posicionamento dos enunciadores, como é o caso da noção de “família” e a da própria função da educação sexual. Outra diferença radical entre os dois posicionamentos é que, enquanto os textos produzidos pela Igreja se voltam quase exclusivamente para casais sem filhos (ainda) e para os pais – que seriam os responsáveis por excelência pela educação sexual de seus filhos – os textos *laicos* dirigem-se a diversos co-enunciadores possíveis: além dos pais, crianças e adolescentes, secretarias de educação, educadores.

Há, no entanto, um aspecto que é comum tanto aos textos produzidos pelos órgãos governamentais quanto aos que são produzidos pelos eclesiásticos: a natureza normativa de seus conteúdos. Em geral, o que se busca é *instruir* seus “leitores” (pais, educadores ou os próprios jovens) sobre condutas sexuais *adequadas*.

Para lidar com essa massa de textos que falam, em nossa sociedade, de diferentes modos e com diferentes propósitos, a respeito de educação sexual, recorreremos, inicialmente, a dois conceitos que serão centrais para esta pesquisa: os de *espaço* e *posicionamento discursivos*. Assumiremos, assim, a divisão do interdiscurso em *universo, campo e espaço discursivos*, tal como proposta por Maingueneau (1984). No conjunto de discursos que circulam em uma dada conjuntura – o *universo discursivo* – é possível recortar *campos discursivos*, isto é, conjunto de posicionamentos que se delimitam reciprocamente e que se encontram em relação de concorrência (mais ou menos explícita): por exemplo, o campo

---

<sup>3</sup> Os Pontifícios Conselhos (*para os Leigos, para a Unidade dos Cristãos*, entre outros), juntamente com a *Secretaria do Estado do Vaticano*, as *Congregações*, os *Tribunais*, as *Comissões* e as *Academias Pontifícias* e os *Pontifícios Comitês*, formam parte do corpo administrativo do Vaticano – a *Cúria Romana*.

literário, científico, jornalístico, político. Por sua vez, é possível delimitar, dentro destes campos, subconjuntos de *posicionamentos* que ao analista pareçam pertinentes. Estes subconjuntos relacionam-se no interior dos *espaços discursivos* e o critério que o analista usa para delimitar estas redes de relações tem por base um *saber histórico* e a observação de um conjunto de textos pertencentes a (pelo menos) um (dos) posicionamento(s). Esse conhecimento antecede a delimitação e permite construir hipóteses que serão homologadas ou rejeitadas com o decorrer da pesquisa. Neste contexto, entende-se por *posicionamento* um lugar de produção discursiva específica que engloba tanto as operações das quais deriva certa identidade enunciativa quanto a própria identidade.

Para esta pesquisa, consideramos que existe, em nossa sociedade, um *espaço* em que circula uma vasta produção textual-discursiva cujo objetivo é instruir os sujeitos a respeito de uma *conduta sexual sadia*. Neste espaço, há, pelo menos, dois posicionamentos – um *laico* e um *cristão* – em confronto para decidir quem está mais apto a mostrar aos indivíduos as verdades sobre o sexo.

Tendo em vista o cenário exposto acima, a seguir apresentaremos o arcabouço teórico que subjaz a esta pesquisa, cujo objetivo central tem sido estudar o funcionamento deste espaço discursivo que parece tão característico da sociedade contemporânea. Ou seja, por meio do estudo destes dois posicionamentos – cujo relacionamento se dá, em boa medida, de modo polêmico (Maingueneau, 1984) – estamos buscando descrever em termos discursivos como nossa sociedade lida com o tema da educação sexual de seus cidadãos.

## 2. Algumas considerações teóricas

Seguindo Maingueneau (1984, p.15), “entenderemos por discurso uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”. Observam-se, nessas regularidades, restrições de ordem geográficas, lingüísticas, temporais e históricas que condicionam o acontecimento discursivo. Semelhantemente ao que ocorre com o sistema lingüístico, no qual regras delimitam as construções que podem ser aceitas como pertencentes a uma dada língua, para o discurso há regras que especificam o dizível em um espaço discursivo. Assim, enunciados gramaticais do português (ou do inglês, francês, russo, finlandês...) não só seguem as regras da língua, mas também pertencem a um discurso tal ou tal, indicando que esse sistema de regras delimita, do mesmo modo, uma identidade.

Deste ponto de vista, os discursos se apresentam simultaneamente como “integralmente históricos” e “integralmente lingüísticos”. Como afirma Maingueneau, “as

unidades do discurso constituem, com efeito, sistemas, sistemas significantes, enunciados, e, nesse sentido, têm a ver com uma semiótica textual; mas eles também têm a ver com a história que fornece a razão para as estruturas de sentido que elas manifestam” (1984, p.16). Isso significa que a análise que propomos deve levar em conta tanto as condições históricas que tornam possível falar, desde meados da década de 80 do século passado, de um modo específico sobre educação sexual – e os debates e injunções que derivam deste falar – quanto a textualidade que materializa tais discursos. Buscaremos, enfim, descrever a articulação de um funcionamento textual e discursivo e sua inscrição histórica.

Além disso, nos interessa o modo como esses diferentes discursos a respeito de condutas sexuais sadias/adequadas se relacionam entre si. A problemática da inter-relação entre discursos é um tema essencial para a Análise de Discurso. Michel Pêcheux, no texto ADD-69, ao tratar das relações de sentido que há entre os diversos discursos, afirma: “tal discurso remete a tal outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele ‘orquestra’ os termos principais ou anula os argumentos. Em outros termos, o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discursivo prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima” (Pêcheux, 1969, p.77). Mesmo não se tratando ainda da relação constitutiva que amarra intrinsecamente o *Mesmo* e o seu *Outro*, a remissão a *um antes e um alhures* que caracteriza o funcionamento discursivo é uma questão teórica desde os primórdios da AD.

Mas será na terceira fase da Análise de Discurso (AD-3) que o primado do interdiscurso ocupará um papel central nos estudos discursivos. Seguindo a proposta de uma teoria das *heterogeneidades discursivas*, tal como apresentada por Authier-Revuz (1982, 1990), os discursos são concebidos, de fato, como ancorados *em sua totalidade* fora dos sujeitos. A autora propõe – a partir de uma perspectiva fundada no dialogismo dos estudos do Círculo de Bakhtin<sup>4</sup> e na teoria do inconsciente da psicanálise lacaniana (releitura de Freud por Lacan)<sup>5</sup> – dois conceitos: a heterogeneidade mostrada e a constitutiva, centrais na definição de interdiscurso, a fim de descrever duas formas em que o *Outro* é atualizado no discurso do *Mesmo*. Trata-se de uma proposta que visa explicar esta presença inevitável de elementos que vêm de um outro lugar que não o sujeito da enunciação – seja do interdiscurso

---

<sup>4</sup> “O outro do dialogismo de Bakhtin não é nem o *objeto* exterior do discurso (falar do discurso do outro), nem o *duplo*, não menos exterior do locutor: ele é a *condição* do discurso, e é uma *fronteira interior*, que marca no discurso a relação constitutiva com o outro” (Authier-Revuz, 1982, p.46)

<sup>5</sup> “O inconsciente é esta parte do discurso concreto enquanto transindividual, que não está à disposição do sujeito para restabelecer a continuidade de seu discurso consciente [...]. O inconsciente é o capítulo de minha história que é marcado por um vazio ou ocupado por uma mentira: é o capítulo censurado” (Lacan, 1953, p.136, apud Authier-Revuz, 1982, p.48).

ou do inconsciente – sendo que as formas da heterogeneidade mostrada são manifestações de “diversos tipos de ‘negociação’ do sujeito falante com o que eu chamo de heterogeneidade constitutiva” (Authier-Revuz, 1982, p.11). A teoria do interdiscurso define-se nesta perspectiva da heterogeneidade constitutiva, amarrando, numa relação inextricável, o *Mesmo* do discurso e seu *Outro*. Trata-se, enfim, da presença constitutiva e nem sempre explícita do *Outro* em todo e qualquer discurso, por meio de uma relação íntima e fundamental que se dá entre uma pluralidade de vozes sociais.

Nota-se assim a importância, neste quadro teórico, dos estudos que priorizam a questão da relação entre discursos. E esta tem sido também uma questão fundamental nesta pesquisa. Assumimos, portanto, *o primado do interdiscurso sobre o discurso*, como um modo de apreender o funcionamento discursivo. A unidade de análise é menos o discurso católico ou o governamental (quando buscam, cada um ao seu modo, definir o que é a sexualidade humana e o melhor modo de exercê-la), por exemplo, e mais preponderantemente o espaço de troca entre esses discursos e outros com os quais se relacionam, de maneira mais ou menos explícita. Isso significa que os discursos, em geral, não surgem (têm a sua *gênese*) independentemente uns dos outros para depois se colocarem em relação (de debate, polêmica, complementaridade, aliança, etc.), mas que se formam no interior do interdiscurso de uma maneira interdependente.

Levando em conta o cenário histórico brevemente exposto acima, parece plausível a hipótese de que os discursos postos a circular pelo *Estado*, de um lado, e pela *Igreja*, de outro, configuram-se como dois posicionamentos inseridos em um mesmo espaço discursivo. Assim sendo, umas das questões deste projeto é exatamente definir que espaço é esse de onde emergem discursos tão diversos a respeito da sexualidade humana. Trata-se, aparentemente, de um *espaço de troca* atravessado por discursos jurídicos, religiosos, educacionais, científicos.

Parece relevante, também, lidarmos com o caráter polêmico da relação entre os dois posicionamentos delimitados. Segundo Maingueneau (1984), entre dois posicionamentos discursivos em disputa pela legitimidade enunciativa de um espaço discursivo existe um modo de funcionamento essencialmente polêmico. Esse relacionamento se dá, segundo o autor, com base em uma *interincompreensão* generalizada, que seria a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas. Assim, falar como se deve falar (isto é, de acordo com as regras de um posicionamento discursivo) e “não compreender” o sentido dos enunciados do *Outro* são duas operações indissociáveis. Como afirma Maingueneau (1984: 103), “isso se manifesta no fato de que cada discurso é delimitado por uma grade semântica

que, em um mesmo movimento, funda o desentendimento recíproco”. Dessa grade, deriva, entre outras coisas, um conjunto de *semas positivos* (reivindicados) e *semas negativos* (rejeitados).

Assim, o discurso do *Outro* habita o discurso do *Mesmo* apenas sob a forma do simulacro. Isso é resultado do fato de que cada um só pode “ler” os enunciados do *Outro* em sua própria “língua” (ainda que ambos falem o mesmo idioma). Assim, a interincompreensão é um processo discursivo a partir do qual são constituídos diversos posicionamentos e que aponta para “descontinuidades sócio-históricas irreduzíveis”. A relação polêmica, neste contexto, não é apenas uma controvérsia violenta, mas um fenômeno discursivo que evidencia as relações explícitas entre dois posicionamentos em disputa por um espaço discursivo legítimo.

Deste modo, um posicionamento discursivo não define e instaura somente um universo de sentido próprio: define igualmente seu modo de coexistência com os outros discursos. Um modo fecundo de observar esse modo de coexistência entre o discurso *laico* e o *cristão* é verificando os temas privilegiados por cada um, verificando, igualmente, como são tratados os temas impostos pelo espaço discursivo do qual são parte (*doenças sexualmente transmissíveis, iniciação precoce da vida sexual, gravidez na adolescência, aborto*, de um lado e *casamento, fidelidade, abstinência*, de outro). Por exemplo, a questão das doenças sexualmente transmissíveis é um problema fortemente ligado ao sistema de restrições do posicionamento *laico*. No entanto, para a Igreja Católica o avanço da AIDS encontra solução nas práticas da abstinência sexual para os não-casados e na fidelidade no matrimônio. Ou seja, enunciadores cristãos dão outro peso e tratamento a esse tema, valorizando a questão da família, que é um tema caracteristicamente cristão.

Nossa proposta de pesquisa parte do pressuposto de que cada um dos posicionamentos identificados até o momento é regido por um sistema de restrições semânticas – a *semântica global* (Maingueneau, 1984) – e que vocabulário, temas, gêneros textuais privilegiados, organização retórica, sintaxe, *ethos*, etc., organizam-se simultaneamente e de acordo com esse sistema. Assim, esse sistema pode ser apreendido e descrito por meio de uma análise que leve em conta não apenas o que é dito – *use camisinha* ou *faça sexo apenas dentro do casamento* – mas *como* o que é dito é dito.

#### 4. O corpus

Para levar a cabo nossa proposta de análise, selecionamos alguns sites que disponibilizam uma grande quantidade de textos que tratam do tema da educação sexual.

Parece importante ressaltar que, embora nossa “fonte” principal de coleta de textos seja a Web, boa parte desses textos circula em outros âmbitos que não a internet. Muitos deles têm versão oficial impressa, como é o caso do volume “Orientação Sexual” dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* ou do texto disponibilizado no site do Vaticano “Sexualidade humana: verdade e significado” (Trujillo e Sgreccia, 1995), que foi transformado em um livreto pela *Editora Paulinas*.

Os sites do Vaticano e da CNBB oferecem aos fiéis uma grande quantidade de textos que discutem a educação sexual na atualidade. O mesmo ocorre com o site do Pró-Vida e Família, que, mesmo não sendo um órgão oficial de divulgação da doutrina católica e estando centrado mais especificamente nas questões do aborto, posiciona-se freqüentemente sobre condutas sexuais adequadas, educação sexual dos filhos, etc. Deste modo, acreditamos que vale a pena investigar também materiais ali disponibilizados.

Também realizamos buscas nos sites do *Ministério da Saúde* e do *Ministério da Educação*. Seus portais disponibilizam para download diversos materiais voltados para a educação sexual (cartilhas, manuais, documentos oficiais, estatísticas, entre outros). Outra fonte relevante é o site do *Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos* (CLAM). O Centro é um projeto do Programa de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Saúde do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e tem como finalidade principal “produzir, organizar e difundir conhecimentos sobre a sexualidade na perspectiva dos direitos humanos, buscando, assim, contribuir para a diminuição das desigualdades de gênero e para o fortalecimento da luta contra a discriminação das minorias sexuais na região”. Trata-se de uma organização internacional que “articula pesquisadores, militantes e outros parceiros interessados em fomentar o debate sobre a sexualidade e os direitos sexuais, coordenando atividades regionais no Brasil, Argentina, Chile, Peru e Colômbia” (informação retirada do site oficial da organização: [www.clam.org.br](http://www.clam.org.br)).

Por fim, temos levado em conta também a circulação do tema na mídia, especificamente em jornais como a *Folha de S. Paulo* e revistas como *Veja*, *Época* e *Isto é*. Levar esse material em consideração nesta pesquisa parece ser de fundamental importância, especialmente se considerarmos a mídia como um bom indicador das lutas ideológicas típicas de nossa sociedade.

## 5. Considerações finais

Até o atual estágio da pesquisa, o que podemos observar, a partir do posicionamento de instituições laicas e da Igreja, em relação à sexualidade humana, e mais especificamente, em relação à educação sexual, é que há um intercruzamento de discursos institucionais. Todos eles parecem buscar “o verdadeiro sentido da sexualidade humana”, que deve ser ensinado aos indivíduos de nossa sociedade. Salvação da alma ou do corpo, Estado e Igreja lutam pela verdade deste espaço discursivo.

## REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. (1982) Heterogeneidade Mostrada e Heterogeneidade Constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. Trad. Maria Regina Borges-Osório e Elsa Nietsche Ortiz. IN: AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

\_\_\_\_\_. Heterogeneidade(s) enunciativa (s). In: ORLANDI, E. P. & GERALDI, J. W. Cadernos de Estudos Lingüísticos. Campinas, UNICAMP – IEL, nº 19, jul/dez, 1990.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005 [1984].

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Volume 10: “Diversidade Cultural, Orientação Sexual”. Ministério da Educação, 1997.

PÊCHEUX, M. (1969) Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F., HAK, T. (orgs) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

TRUJILLO, A. C. L., SGRECCIA, E. **Sexualidade humana: verdade e significado**. 8 de dezembro de 1995. Disponível em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/family/documents/rc\\_pc\\_family\\_doc\\_08121995\\_human-sexuality\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/family/documents/rc_pc_family_doc_08121995_human-sexuality_po.html). Acesso em 16 de julho de 2007.